**REMESSA EX OFÍCIO NA REPRESENTAÇÃO Nº
83/91**

RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO FONSECA
REPTE.: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E
PLANEJAMENTO - MEFP
REPDA.: ABIGRAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA
INDÚSTRIA GRÁFICA
PROC.: ADVOGADOS JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA E
ÁIDA S. B. VARELA

EMENTA

PRÁTICA FORMATIVA DE PREÇOS ARTIFICIAIS - Lei nº 8.158/91, art. 3º - I e Lei nº 8.884/94, art. 21-XI. 1 - Ainda que caracterizada como ilegal, a remessa de circulares a empresas associadas contendo elementos de custos de matéria-prima, produtos e serviços gráficos, foi descontinuada pela representada. 2 - Improvimento da remessa ex officio.

DECISÃO

O Plenário, à unanimidade, decidiu negar provimento à remessa ex officio.

Brasília, 26.6.96.

GESNER OLIVEIRA, Presidente

ANTONIO FONSECA, Conselheiro-relator

PARECER DA PROCURADORIA

PARECER Nº 27/95
REPRESENTAÇÃO Nº 83/91
REPRESENTANTE.: MEFP/SNE/DAP
REPRESENTADO.: ABIGRAF - Associação Brasileira da
Indústria Gráfica

Trata-se de recurso de ofício interposto pela Sra. Secretária de Direito Econômico, substituta, que, adotando como razão de decidir nota técnica constante dos autos, determinou o arquivamento da Representação nº 83/91, instaurada contra a ABIGRAF - Associação Brasileira da Indústria Gráfica, recorrendo de ofício a este Egrégio Conselho, por força do art. 39 da Lei nº 8.884/94.

A Representação em epígrafe originou-se do ofício nº 00460 de 16 de agosto de 1991, do, então, Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento - MEFP, através de sua Secretaria Nacional de Economia. O referido documento solicitava investigação de possíveis irregularidades na formação dos preços dos serviços gráficos, praticados pela ABIGRAF - Associação que congrega o setor.

A Secretaria de Direito Econômico, exercendo sua atribuição legal, iniciou apuração dos fatos, que resumiram-se no envio de circulares aos associados da ABIGRAF, com informações dos reajustes de preços dos diversos tipos de papéis utilizados nos serviços gráficos, bem como dos aumentos acordados em Câmaras Setoriais, dando ensejo à interpretação de que tais práticas induziriam à conduta uniforme entre concorrentes.

A Representada alegou em sua defesa que existem 13.500 empresas prestadoras de serviços gráficos, no país, de grande, médio e pequeno porte. Alegou, ainda, desconhecer os preços e condições de pagamento que praticam e que contratam livremente.

As circulares enviadas aos associados limitavam-se a informar o aumento de preço do material utilizado na prestação de seus serviços, de forma a orientá-los na formação de seus custos.

Por sua vez, a nota técnica de fls. 323/325, referendada pelo Sr. Diretor da DPDE/SNE, e adotada com razão de decidir pela Sra. Secretária de Direito Econômico, substituta, é conclusiva quando diz:

“Desta feita, subentende-se que as práticas imputadas à Representada não causaram nenhuma anomalia no setor da ordem econômica, face à eficaz interferência do Poder Público na ação de fiscalizar, coibir e corrigir possíveis atitudes atentatórias ao comando legal.

Outrossim, é bom que se ressalte a pronta aceitação da Representada em dirimir tais dúvidas, levando-se ao entendimento que das ações governamentais em defesa da livre concorrência, os administrados tem-se portado a garantir o estatuído no art. 170 da Carta Magna de 1988”.

Em nosso entendimento, não foge razão à decisão recorrida.

A época da presente denúncia, agosto de 1991, caracterizava-se como de plena transição do regime de preços controlados pelo Governo para a liberdade na economia.

É de se supor que os agentes econômicos ainda não estivessem inteiramente ajustados às novas regras. Natural, portanto, que a Representada continuasse a utilizar-se de circulares para informar aos seus associados os valores dos produtos utilizados para serviços gráficos, com o fim de subsidiá-los na composição de seus custos, como anteriormente vinha fazendo, sem que, com esse comportamento, se vislumbrasse intenção de induzi-los na formação dos seus preços finais.

Tal prática, entretanto, poderia acabar por influenciar a livre fixação dos preços no setor. Por tal razão, entendeu a SDE/MJ, no despacho do seu Secretário, em 5 de novembro de 1992, determinar sua abstenção.

No caso dos autos, a vigilante atuação da SDE/MJ contou com a plena colaboração da representada, pois, como podemos observar às fls. 304/305, a ABIGRAF informa que deixou de emitir as circulares questionadas em abril de 1992, adiantando-se à própria determinação da Secretaria de Direito Econômico.

Isto posto, entendemos como não configurada qualquer prática danosa à concorrência no mercado de serviços gráficos que, por sua própria estrutura, é bastante competitivo.

Da mesma forma, a significativa interrupção da prática questionada, em inequívoca demonstração de pronta aceitação aos novos tempos, não nos permite identificar existência do objeto de domínio de mercado, prejuízo à livre concorrência ou aumento arbitrário de lucros, necessários à caracterização de ilicitude face à Lei nº 8.158/91, vigente à época dos fatos.

Assim, esta Procuradoria opina pela improcedência da presente Representação e pelo conseqüente improvimento do recurso de ofício. Acatadas suas ponderações, pelo arquivamento dos autos.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1995.

MAGALI KLAJMIC
Procuradora

De acordo. Se das práticas imputadas à representada não se vislumbra nenhuma ofensa à ordem econômica, incabível o processo administrativo com base na legislação de defesa da concorrência.

Brasília, 5 de outubro de 1995.

REMESSA EX OFÍCIO NA REPRESENTAÇÃO Nº 83/91
RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO FONSECA
REPTE.: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E
PLANEJAMENTO - MEFP
REPDA.: ABIGRAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA
INDÚSTRIA GRÁFICA
PROC.: ADVOGADOS JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA E
ÁIDA S. B. VARELA

RELATÓRIO DO CONSELHEIRO RELATOR

1. Trata-se de remessa da decisão de f. 331, do r. titular da SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO - SDE que arquivou o processo administrativo instaurado com base na lei nº 8.158/91, contra a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA GRÁFICA - ABIGRAF, em virtude de representação apresentada em 16 de agosto de 1991 pelo então MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - MEFP, por intermédio da sua Secretaria Nacional de Economia, por suposta infração ao art. 3º, inciso I, da referida Lei.

2. Na representação, a autoridade fazendária oficiante encaminhou à SDE cópia da circular nº 18/91, emitida pelo presidente da ABIGRAF que indicava elevação de custo direto de matéria prima básica do setor e recomendava o repasse dos reajustes lá indicados aos preços dos produtos e serviços gráficos, em ordem a assegurar uma certa margem percentual de lucro (f. 1).

3. Em resposta à solicitação de esclarecimentos formulada pela SDE (f. 5), a representada alegou ser uma entidade de natureza federativa que reúne empresas de grande, médio e pequeno porte em todo o País. Ela justificou, ainda, que as circulares serviam apenas de informação dos índices de aumento de preço do material utilizado na prestação de seus serviços, sendo livre a margem de lucro adotada (fls. 7/8).

4. Em audiência de instrução, a representada comprometeu-se a alterar os termos utilizados nas circulares, em ordem a adequar a sua redação à legislação vigente (f. 32). Em manifestação preliminar sobre as modificações prometidas, a SDE concluiu que a nocividade não era redacional. A alteração formal das circulares não afastava os efeitos indesejáveis à concorrência. Por isso, o então titular da SDE assinou o prazo de dez dias, sob pena de instauração de processo administrativo, para que a representada se abstivesse de induzir custos, por intermédio de remessas a suas associadas de gravames (elementos de custos) alegadamente levantados junto a fornecedores (fls. 181/182).

5. A representada comunicou a suspensão da remessa das circulares (fls. 304/305), embora reiterasse o seu caráter meramente informativo. Provocada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica - DPDE (relatório de fls. 308/310), a ABIGRAF reafirmou que deixou de emitir as circulares em questão a partir de abril de 1992. A deliberação de emití-las era de caráter informal, i.e., sem registro em atas. Assim, a deliberação de não mais emití-las também não foi registrada em ata (fls. 320/321).

6. Em despacho de 19 de janeiro de 1995 (f. 334), a SDE acolheu proposta de sua assessoria (fls. 323 - 325) e determinou o arquivamento dos autos, que foram remetidos a esse eg. Conselho para a necessária revisão (f. 331).

7. No CADE, o processo foi distribuído ao então Conselheiro Marcelo Soares e recebeu parecer da douta Procuradoria pela confirmação da decisão monocrática (fls. 341-343).

8. Depois do fastio ao qual o Conselho foi submetido, o processo foi redistribuído (fls. 345/351). Observando haver decorrido quase dois anos de compromisso assumido pela ABIGRAF, determinei diligências, na condição de novo relator, para certificar o estado das coisas. As associadas, em número representativo das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, responderam a questionário onde asseguraram gozar de total independência quanto a política de preços e afirmaram a facilidade de acesso de novas empresas ao mercado (Apenso, vol. I). A ABIGRAF, segundo algumas das inquiridas, tem sido usada apenas como ponto de apoio jurídico para assuntos trabalhistas.

9. É o relatório. Distribua-se cópia aos eminentes Conselheiros, com as cautelas de praxe.

REMESSA EX OFÍCIO NA REPRESENTAÇÃO Nº 83/91

REPTE.: MEFP/DAP

REPDA.: ABIGRAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA GRÁFICA

PRÁTICA FORMATIVA DE PREÇOS ARTIFICIAIS - Lei nº 8.158/91, art. 3º - I. Lei nº 8.884/94, art. 21-XI. 1 - Ainda que caracterizada como ilegal, a remessa de circulares a empresas associadas contendo elementos de custos de matéria-prima, produtos e serviços gráficos, foi descontinuada pela representada. 2 - Improvimento da remessa ex officio.

VOTO DO CONSELHEIRO ANTÔNIO FONSECA

1. O SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO FONSECA - RELATOR - A revogada Lei nº 8.158, de 1991, classificava como infração à ordem econômica o estabelecimento artificial de preços, com o objetivo ou efeito de dominar mercados, prejudicar a livre concorrência ou aumentar arbitrariamente os lucros (art. 3º, inciso I).

2. No direito vigente, a regra está reproduzida no art. 21 inciso XI, conjugado com o art. 20, ambos da Lei nº 8.884, de 1994.

3. No caso em apreço, a representada abandonou a remessa de indicadores de custos, que eram comunicados às empresas associadas através de circulares. Esse fato impediu a instauração de processo administrativo e foi suficiente a autorizar o arquivamento da representada. Ademais, o caráter impositivo dos elementos constantes das circulares não ficou incontestado. Isso equivale a dizer que a caracterização da infração legal acima descrita sequer restou afirmada fora de qualquer dúvida razoável.

4. Do exposto, nego provimento à remessa ex officio.